

Este número da *Revista de Sociologia e Política* marca a introdução de diversas alterações editoriais e de formato. Conforme sugerimos em editoriais anteriores, a partir de agora a *Revista* é um periódico exclusivamente eletrônico, disponível em alguns dos principais portais e bases de periódicos do Brasil e do mundo e com acesso livre e gratuito a boa parte de seu conteúdo. Essa alteração corresponde a várias necessidades: por um lado, diminuimos radicalmente os custos – afinal, apenas a impressão custa(va) cerca de 70% do orçamento da *Revista* –, com a consequência de que preciosos recursos são liberados para a publicação de um terceiro número anual; por outro lado, com o advento da internet e o aprofundamento das relações acadêmicas eletrônicas e virtuais, a disponibilidade e a visibilidade de periódicos científicos prende-se mais à sua presença na rede que em bibliotecas físicas.

Evidentemente, não faria sentido mudarmos de formato de publicação apenas por motivos orçamentários ou pragmáticos. Essa decisão faz parte de uma nova política: ao lado da manutenção das seções tradicionais (dossiês temáticos e artigos diversos, além de seções episódicas: entrevistas, debates) e da consolidação definitiva de novas seções (“Textos Fundamentais”), a principal mudança é no perfil das resenhas, que se tornarão “ensaios bibliográficos”, com uma abrangência intelectual maior. Por fim, a partir do início de 2009 a *Revista* passa a ser gerenciada – isto é, a receber artigos, distribuí-los para avaliação e devolvê-los avaliados para os autores – exclusivamente por meio do sistema Submissions Scielo. Esse sistema, além das tarefas habituais de editoração e gerenciamento de periódicos, permite controlar melhor cada uma das etapas e cada um dos elementos do processo de editoração, além de melhorar a pontualidade do periódico. Outra novidade muito importante é que o novo sistema permite o *pre-print*, isto é, a divulgação na internet de artigos já prontos para publicação, mas ainda não reunidos em números e volumes específicos da *Revista*.

* * *

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos editores científicos para realizarem sua tarefa de seleção de artigos de qualidade para publicação é conseguir pareceristas tanto qualificados como dispostos para julgarem os textos submetidos. Avaliação e publicação constituem duas etapas bastante diversas e, embora pareça contra-intuitivo, para a emissão de pareceres é hoje mais difícil encontrar pesquisadores *dispostos* que pesquisadores *qualificados*.

A internet facilitou enormemente a busca de pesquisadores formalmente capacitados. Para darmos um único exemplo: a Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é uma fonte fácil, rápida e eficaz, desenvolvida com o propósito de apresentar ao público o currículo acadêmico dos cientistas sediados no Brasil. Embora uma alteração operacional na Plataforma Lattes ocorrida em 2008 (a supressão do endereço eletrônico dos pesquisadores no currículo público) tenha acarretado algumas dificuldades para o acesso direto aos pes-

quisadores, ainda assim ela é um excelente instrumento à disposição dos editores de periódicos científicos.

Já os pares aceitarem o convite para emitirem pareceres é uma tarefa mais difícil. De modo geral, os pareceristas que respondem aceitam a incumbência – exceto se estiverem sobrecarregados de trabalho ou se julgarem não serem competentes na área específica para que foram convidados –, mas o problema consiste em que um grande número de pesquisadores convidados *nem sequer responde ao convite* – algo na faixa entre 25% e 30% deles.

Esse não é um problema menor, pois influencia diretamente o andamento de qualquer periódico científico. Sem uma resposta (positiva ou negativa, tanto faz), a *Revista* perde tempo e atrasa a avaliação que em alguns casos chega a variar entre um ano e meio e dois anos. Esse atraso pode ser – como não poucas vezes é – percebido pelos autores dos textos como má vontade ou descortesia dos editores, resultando em seguidas cobranças e insatisfação. Em alguns casos essa demora tem resultados acadêmicos e intelectuais funestos, quando os artigos ficam desatualizados entre o envio ao editor e publicação final.

Uma terceira dificuldade refere-se à qualidade intrínseca dos pareceres: afinal de contas, não há uma relação necessária entre um pesquisador *formalmente* qualificado aceitar emitir um parecer e a elaboração de uma avaliação de qualidade. Deixemos claro: por “avaliação de qualidade” entendemos aquela que respeita o autor como pesquisador e como cidadão, isto é, que não ofende pessoalmente e que é capaz de formular críticas construtivas e adequadas, face às propostas, à metodologia e à discussão do artigo avaliado e levando em consideração o estado da arte na área específica.

Para solucionar essas diversas dificuldades, alguns editores de revistas científicas sugerem a criação de “bancos de pareceristas”; contudo, não nos parece factível essa proposta. Em primeiro lugar, porque não se pode sobrecarregar alguns pareceristas com uma grande quantidade de artigos para julgar (o que, no médio e no longo prazos, resulta em perda de um colaborador qualificado); em segundo lugar, porque é importante sempre ampliar o quantidade de avaliadores em benefício do pluralismo teórico-metodológico; em terceiro lugar, porque o pluralismo teórico-metodológico também permite um aumento do pluralismo geográfico e institucional nas avaliações (o que significa inclusão acadêmica de mais colegas ao processo de produção científica e respeito às diversas perspectivas intelectuais).

Devido à quantidade de variáveis, esses não são problemas de solução rápida ou fácil. É claro que essas dificuldades não são intransponíveis – de outra forma, qualquer periódico científico seria inviável – mas isso não muda o fato de que tais dificuldades existem e devem ser discutidos e resolvidos pela comunidade.

Nesse sentido, uma forma simples e relativamente eficiente é pôr em prática o que a British Academy sugeriu em 2007 para os periódicos científicos de Ciências Humanas e Sociais: nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa, nos vários cursos dessas áreas, inserir um ou dois módulos a respeito do uso de repositórios e bibliotecas virtuais e da avaliação de periódicos, com a explicação dos princípios de julgamento e a simulação da produção de pareceres com artigos variados (cf. <http://www.britac.ac.uk/reports/peer-review/index.html>). Esse é um procedimento mais útil e mais pedagógico do que simples resenhas e/ou resumos críticos.

Além de aperfeiçoar o sistema de pareceres, a segunda sugestão tem a vantagem adicional de deixar claro aos futuros pesquisadores que a ciência – e, por extensão, a editoração de periódicos científicos – é um debate coletivo de crítica mútua das posições de cada um e não uma recitação ritualística de perspectivas dominantes e obras consagradas.

* * *

Este número apresenta diversos artigos. Inicialmente, dois artigos teóricos: Wellington Trota apre-

senta a Teoria Política de G. W. F. Hegel, a partir da análise da obra hegeliana *Filosofia do Direito*, e Fábio Guedes Gomes apresenta a categoria “mobilidade do trabalho”, a partir da obra de Jean-Paul de Gaudemar. Na seqüência, três artigos sobre Política Internacional ou questões internacionais: Diego Santos faz a crítica do conceito de Estado, pondo em questão sua temporalidade e a naturalização com que o encaramos; Rafael Duarte Villa discute alguns parâmetros – “clivagens” – para a análise e a compreensão das recentes mudanças políticas que têm ocorrido na América do Sul; Mabel Grimberg, a partir de uma perspectiva etnográfica, analisa o processo de exclusão social argentino, com ênfase na região metropolitana de Buenos Aires.

Em seguida, dois artigos sobre o Brasil: Sérgio Tavolaro faz uma crítica sociológica do conceito de cidadania no Brasil, a partir da revisão da literatura específica; Débora Pastana analisa a consolidação do “Estado punitivo” no país, isto é, a política não-declarada de encarceramento dos pobres como forma de controle social. Fechando o número, dois artigos sobre o Paraná: Amélia Corrêa discute a propaganda republicana no Paraná do final do século XIX, indicando de que maneira as idéias nacionais interagem com a dinâmica político-filosófica regional; Emerson Cervi analisa a conexão eleitoral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, isto é, o perfil da produção legislativa dos deputados estaduais do Paraná.

* * *

A *Revista de Sociologia e Política* integra o Programa de Apoio a Periódicos da Universidade Federal do Paraná e conta com seu patrocínio, bem como do curso de Especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição, além do apoio do CNPq, aos quais expressamos nossos sinceros agradecimentos.

Por fim, não podemos deixar de citar nossos agradecimentos a Rafael Duarte Villa, que em mais de uma ocasião gentilmente verteu para o espanhol os textos de apresentação (missão, expediente, normas para os colaboradores etc.) da *Revista de Sociologia e Política*.

Gustavo Biscaia de Lacerda
Editor